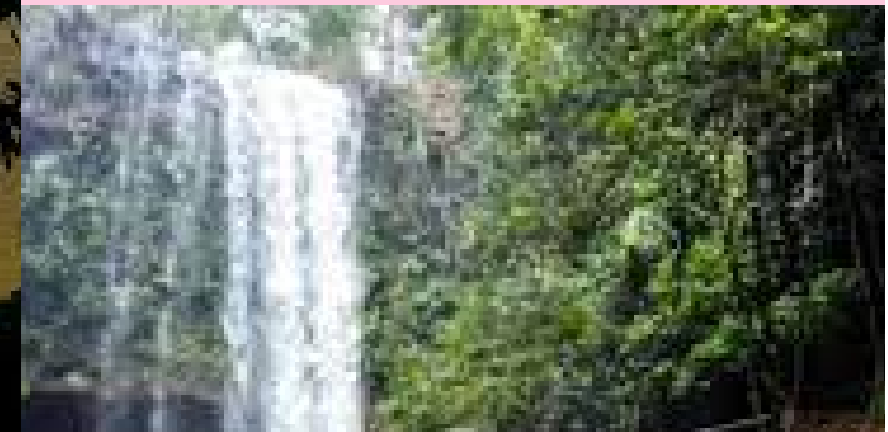
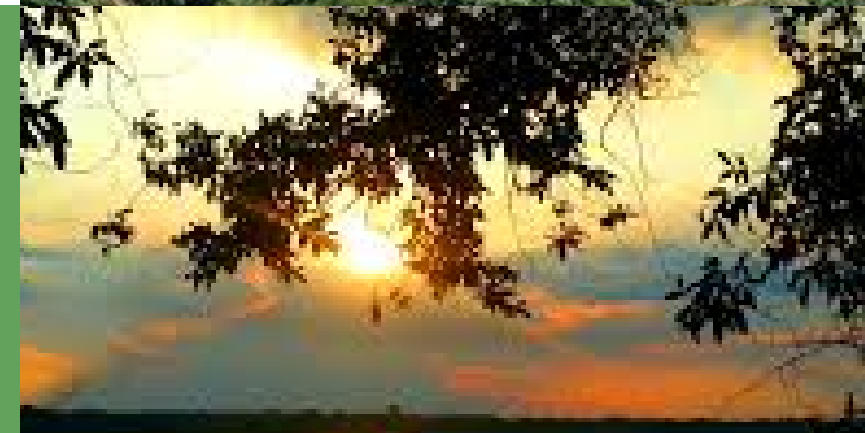




Governo do Estado de Rondônia
Contabilidade Geral do Estado - COGES

BALANÇO CIDADÃO

Exercício Financeiro 2021





GOVERNADOR

Marcos José Rocha dos Santos

VICE-GOVERNADOR

José Atílio Salazar Martins

CONTADOR GERAL

Jurandir Cláudio Dadda

DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE – DCC

Laila Rodrigues Rocha Guerra

DIRETOR DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO FISCAL – DNAF

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DNAF

Fábio Heleno Costa





ELABORAÇÃO

CONTADORIA CENTRAL DE ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBIL - FINANCEIROS

Suze Lane de Assunção - Contadora Central

Isislaine Frata de Araújo - Contadora

Daiane Aguiar Lopes Maia Pinto - Assistente Contábil

Elisangela Viriano de Oliveira - Assistente Contábil

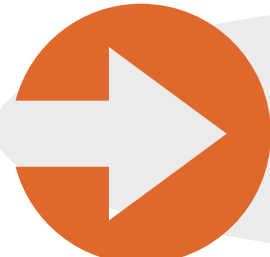
REVISÃO

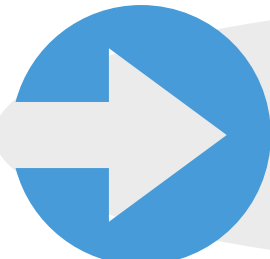
Luana Luiza Gonçalves de Abreu Hey - Assessora Contábil

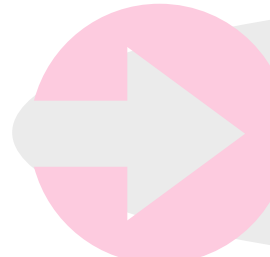
Laila Rodrigues Rocha Guerra - Diretora Central de Contabilidade

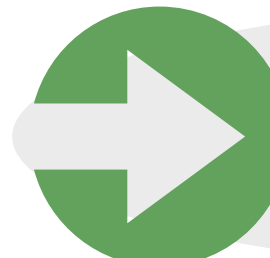
SUMÁRIO

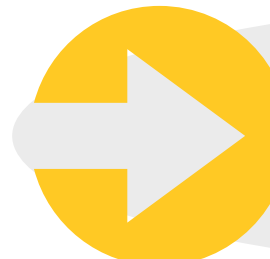
Olá
Cidadão!

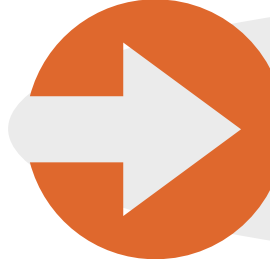
 **6** *O que é prestação de contas?*

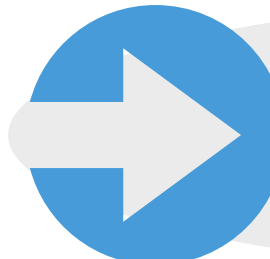
 **7** *O Estado Rondônia*

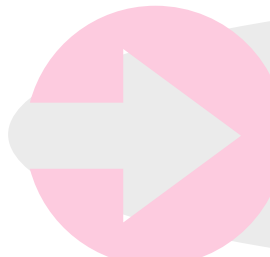
 **9** *O que é orçamento público?*

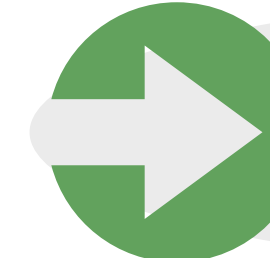
 **10** *Quanto foi arrecadado pelo Estado*

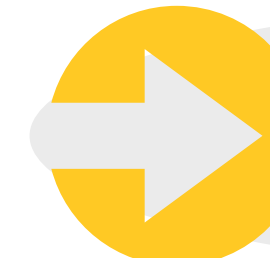
 **11** *Quais as principais receitas arrecadadas?*

 **12** *Transferências constitucionais*

 **14** *Quais foram os principais destinos dos recursos arrecadados?*

 **21** *Dívida pública*

 **22** *Qual foi o resultado apurado?*

 **23** *Vamos construir um Estado melhor?*



**OLÁ,
CIDADÃO!**

Você está convidado a conhecer um pouco mais sobre os valores arrecadados pelo Estado e os gastos realizados durante o ano financeiro de 2021.

Nosso propósito é que você compreenda de maneira clara e rápida da origem do dinheiro que o Estado arrecada e, principalmente, onde ele é aplicado, para que assim você, cidadão rondoniense, entenda o funcionamento da administração dos recursos públicos e auxilie no controle e na fiscalização do que foi aplicado pelo Estado.

Boa leitura!
Contabilidade Geral do Estado

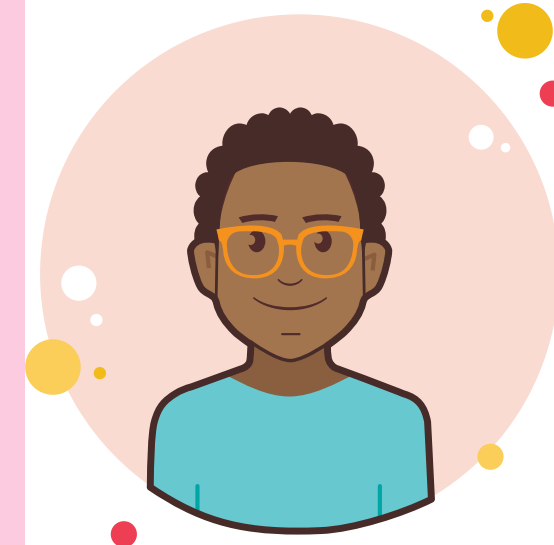
O QUE É PRESTAÇÃO DE CONTAS?

De maneira simplificada, Prestação de Contas pode ser definida como a demonstração do que foi feito com os recursos públicos que foram transferidos a uma entidade num determinado período. Conforme definido no Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal.

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...)”.

Assim sendo, a prestação de contas é uma forma de assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração.

Deste modo, com o objetivo de entender como funciona a administração dos recursos públicos, convidamos você cidadão a conhecer melhor as finanças de Rondônia. Esse exercício é muito importante para aprimorar o entendimento da máquina pública e reforçar as ações de acompanhamento da gestão e de controle social, pois, quanto mais conhecemos o funcionamento do Estado, mais nos tornamos cidadãos conscientes do nosso papel na sociedade.



O ESTADO DE RONDÔNIA

Porto Velho
Capital

237.765 km²
Área Territorial



52
Municípios

1.815.278
População Estimada 2021
IBGE

Rondônia está localizado na região norte do Brasil e se destaca como um dos Estados com melhores indicadores econômicos e sociais.

A economia do estado é centrada, principalmente, na produção pecuária de corte, seguido da agricultura, com destaque para soja e milho. Seu Produto Interno Bruto foi de 47,091 bilhões, IBGE 2019.

Em termos de participação no PIB, Rondônia ocupou a 22ª posição em relação as demais Unidades da Federação. Já entre os estados da região Norte, Rondônia ocupou a terceira posição, atrás apenas do Pará e Amazonas.

Cabe destacar que o Estado de Rondônia finalizou o período de 2021 com saldo de empregos e obteve a menor taxa de desocupação da região Norte e bom desempenho da exportação atingindo a soma de US\$ 1,51 bilhão.

O Estado de Rondônia está organizado da seguinte maneira : Poder Executivo, constituído pela Administração Direta, Indireta, Fundos, Fundações e Autarquias, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

PODER EXECUTIVO



- Administração Direta
- Fundos
- Fundações
- Autarquias

Responsável por administrar o Estado, realizar as políticas públicas de interesse da população e aplicar as leis.

PODER LEGISLATIVO



- Assembleia Legislativa
- Fundo Esp. do poder Legis. De Compl. ao Plano Prev. Finan. – FEPL

De modo geral, eles são responsáveis pela elaboração das leis e pela fiscalização dos atos do Poder Executivo.

PODER JUDICIÁRIO



- Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
- Fundo de Desenv. Instit. e aperfeiçoamento dos serviços judiciários

Responsável por julgar tendo por base as leis criadas pelo Legislativo e pelas constituições Estadual e Federal.

MINISTÉRIO PÚBLICO



- Fundo de Desenv. Inst. do MPE
- Fundo de Recons. de Bens Lesados

Instituição que não pertence a nenhum dos três Poderes e que atua na defesa da democracia e dos interesses sociais, como o direito à vida, à saúde, à educação, à moradia, entre outros.

TRIBUNAL DE CONTAS



- Fundo de Desenvolvimento Institucional do TCE

É o órgão responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos por parte dos governantes.

DEFENSORIA PÚBLICA



- Fundo Especial da DPE

É o órgão estatal que cumpre o dever constitucional do estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços..

O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?

O orçamento são leis que colocam tudo o que o governo pretende fazer num determinado período de tempo. Essas leis definem os recursos governamentais que entram (receitas) e que saem (despesas). Definem também quais são as políticas prioritárias para o governo – mais recursos para determinadas áreas em detrimento de outras.

Toda política pública deve estar prevista no Orçamento

O planejamento do setor público estadual é elaborado a partir de três instrumentos (leis), conforme determina a Constituição Federal de 1988: o Plano Plurianual (PPA), que traça as diretrizes, os objetivos e as metas para os próximos quatro anos (o PPA representa o planejamento de médio prazo da Administração Pública), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece metas e prioridades para o orçamento do próximo ano, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima quanto o Estado espera arrecadar (receitas) no ano seguinte e como aplicará os valores recebidos (despesas).



Plano Plurianual - PPA

Estratégias e Metas

4 anos

PPA 2020-2023
Lei Nº 4.647/2019

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Regras e Prioridades

Para o ano seguinte

LDO 2021
Lei Nº 4.916/2020

Lei Orçamentária Anual - LOA

Estima Receitas e Fixa Despesas

Para o ano seguinte

LOA 2021
Lei Nº 4.938/2020

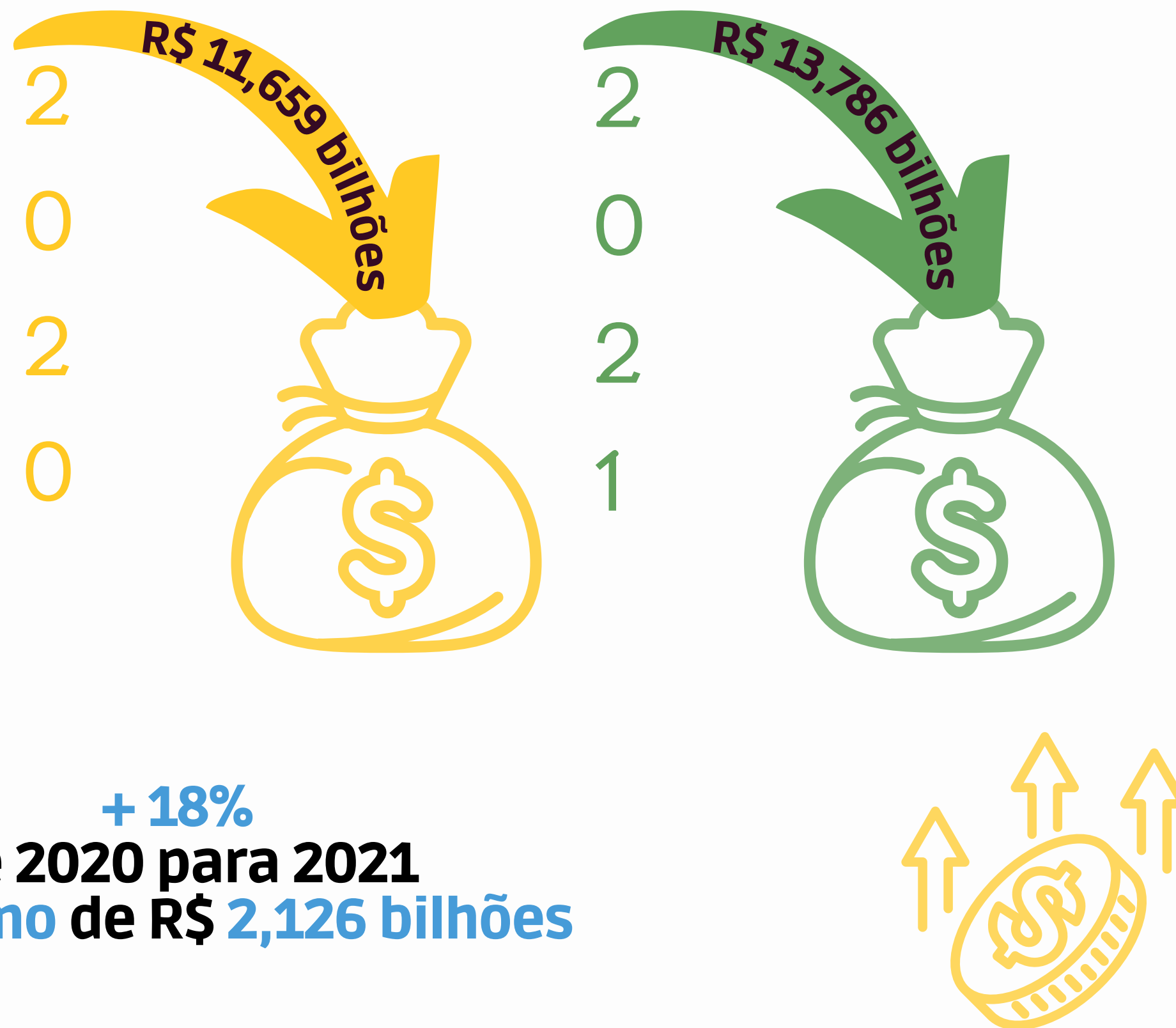
QUANTO FOI ARRECADADO

Para prestar serviço a sociedade é necessário saber quanto o Estado disporá de recursos durante o exercício, para isso é realizada a programação orçamentária, na qual prevê as receitas que serão arrecadas, com impostos, taxas e outras receitas.

Em 2021, a previsão atualizada da receita bruta¹ foi de R\$ 8,620 bilhões, na qual foi aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A maior parte da receita estadual foi arrecadada pelo Poder Executivo, que é o responsável também por repassar uma parcela dos recursos para os demais Poderes e Órgãos Autônomos.

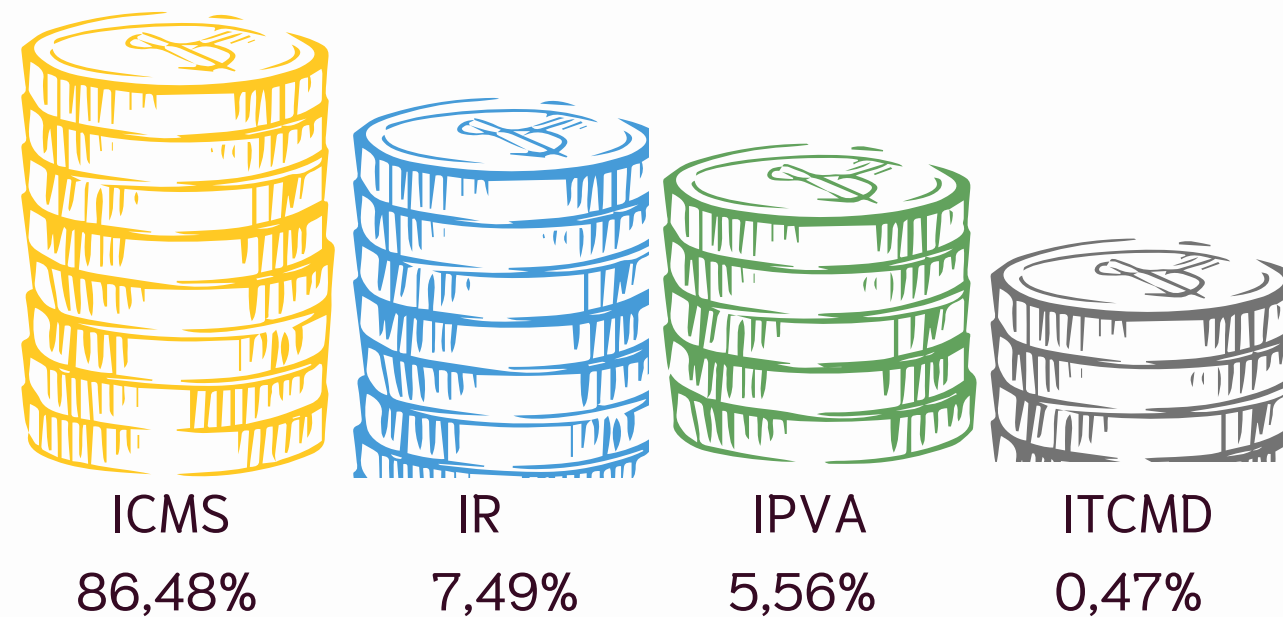
Arrecadação Bruta



¹A receita bruta corresponde aos recursos que o Estado arrecada antes de considerar as respectivas deduções, como, por exemplo, os valores repassados aos municípios.

Quais as principais receitas arrecadas?

Os impostos são as principais receitas do Estado, em 2021 a arrecadação somou R\$ 6,725 bilhões, no qual representa 49% do total arrecadado.



 Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação

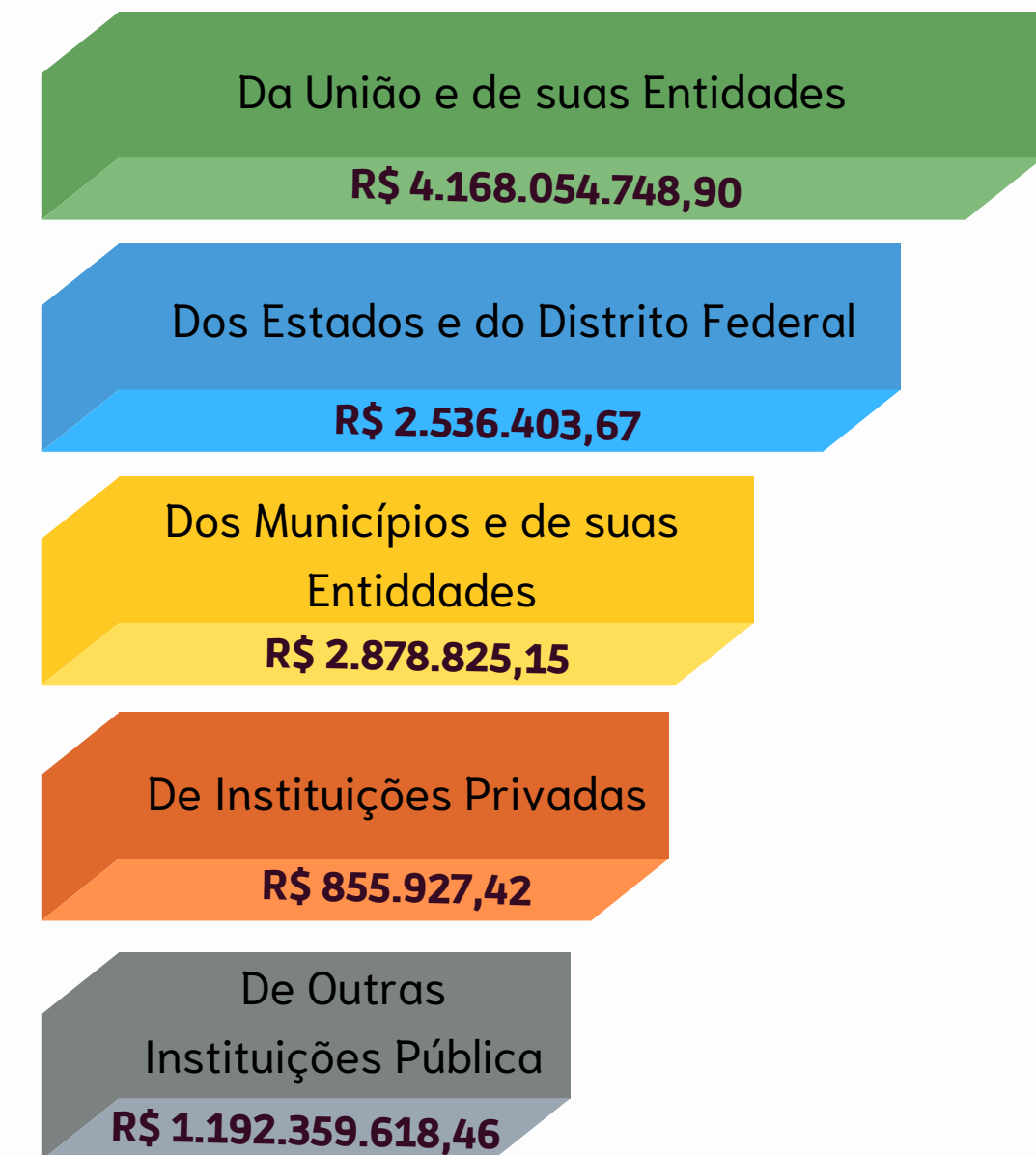
 Imposto de Renda Retido na Fonte

 Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores

 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação

Além dos impostos, há outras receitas que compõe a arrecadação estadual, na qual podemos destacar as Transferências Correntes Recebidas que nesse exercício somou o total de R\$ 5,366 bilhões.

Transferências Correntes Recebidas



Parte dos valores arrecadados pelo Estado não ficam em seus cofres, devendo ser repassados aos municípios, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e ainda para os Poderes e Órgãos autônomos, conforme legislação vigente, (transferências constitucionais ou legais).

TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS

Todos os meses o Estado de Rondônia tem a obrigação de repassar aos seus 52 municípios parte dos valores arrecadados com ICMS e IPVA.

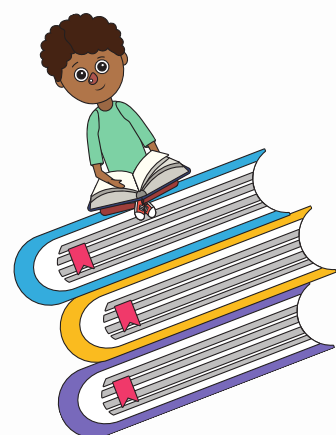
Além de repassar essas receitas, o Estado também precisa dividir com os municípios parte dos valores que recebe da União referentes ao FPM; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPI Exportação; Cota-Parte CIDE e Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados.



TRANSFERÊNCIAS PARA O FUNDEB

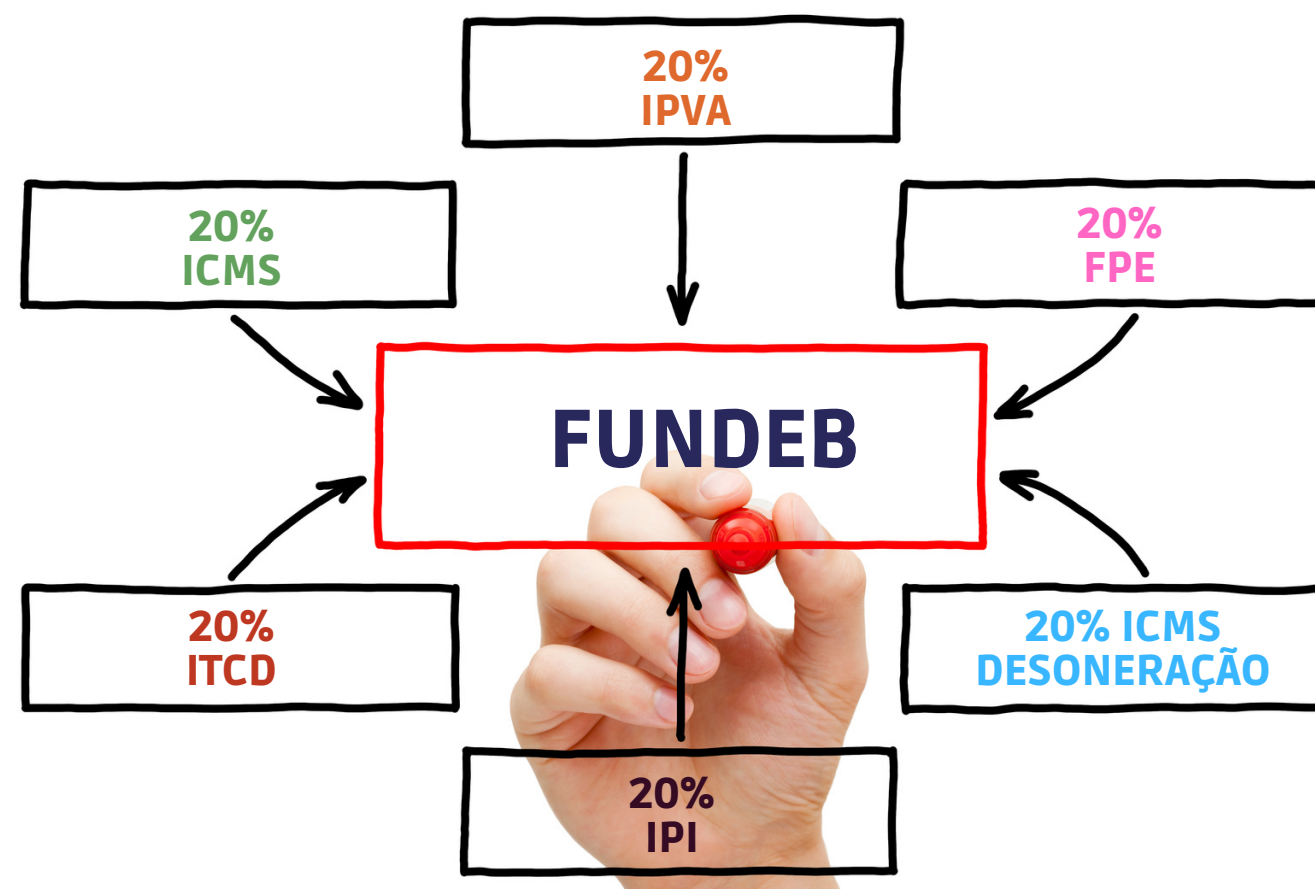
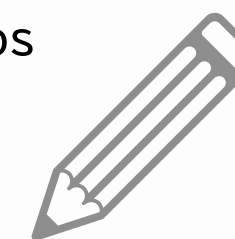
O FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo especial onde os Estados e os municípios contribuem com 20% das suas receitas de impostos e transferências para atendimento à educação básica, que abrange tanto a rede estadual quanto a rede municipal de ensino.

Esse valor é dividido entre o Estado e os municípios na proporção do número de alunos atendidos na educação básica presencial das respectivas redes.



No ano de 2021, o Estado repassou ao FUNDEB R\$ 1,632 bilhão, o retorno do FUNDEB para Rondônia foi de R\$ 1,179 bilhão, o qual gerou um rendimento de R\$ 7,124 milhões, totalizando uma receita de R\$ 1,186 bilhão.

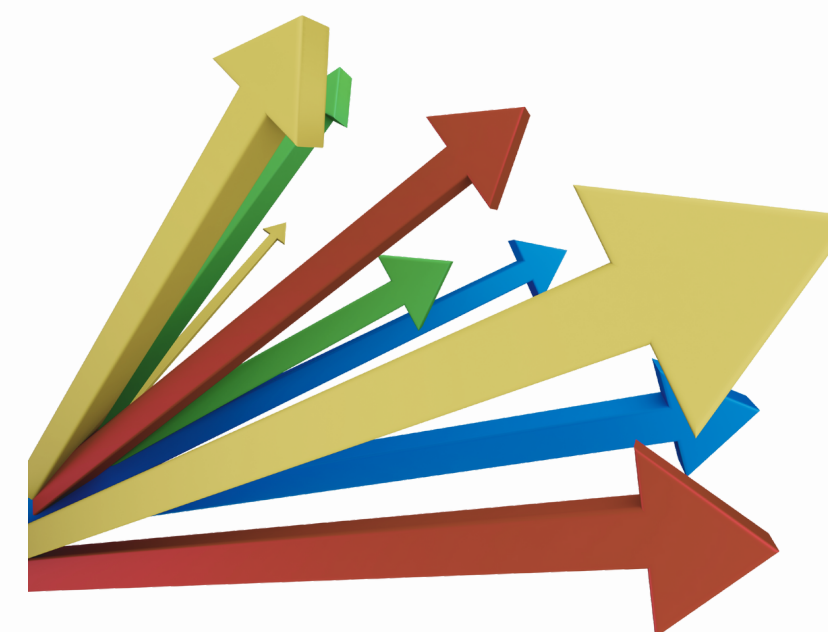
A diferença entre o que o Estado repassa ao fundo e o que recebe de volta, para ser investido na rede estadual de ensino, é denominada de “perda” do FUNDEB e deve ser considerada como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional, já que foi um recurso que saiu dos cofres estaduais para ser investido em educação. Em 2021, a perda do FUNDEB foi de R\$ 453 milhões. Na prática, essa perda é revertida em resultados para Rondônia em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre nossos municípios para o desenvolvimento das crianças e dos jovens.



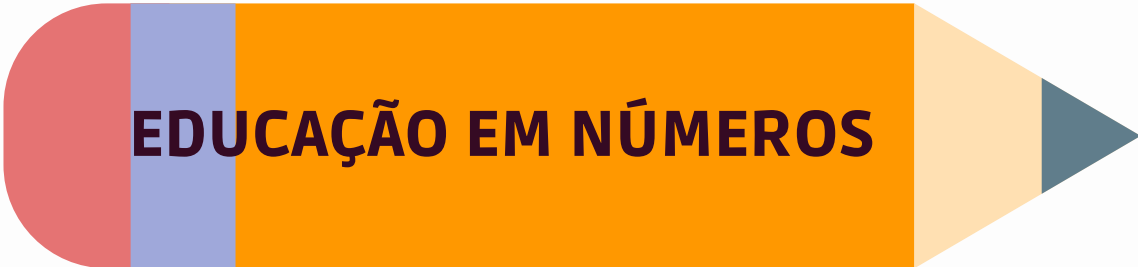
Quais foram os principais destinos dos recursos arrecadados?

Até aqui, entendemos a entrada dos recursos estaduais nos cofres públicos, que vai desde a arrecadação bruta, a repartição obrigatória para os municípios, até a necessidade de depositar valores para o Fundeb e atender a outras obrigações. Isso quer dizer que, nem todo o recurso público que ingressa no Estado pode ser utilizado.

Agora será mostrado como o Poder Executivo destinou os valores que sobraram dos recursos arrecadados (após as repartições obrigatórias) para atender as demandas da sociedade rondoniense, como saúde, educação, segurança pública e nos demais áreas de governo.



Educação

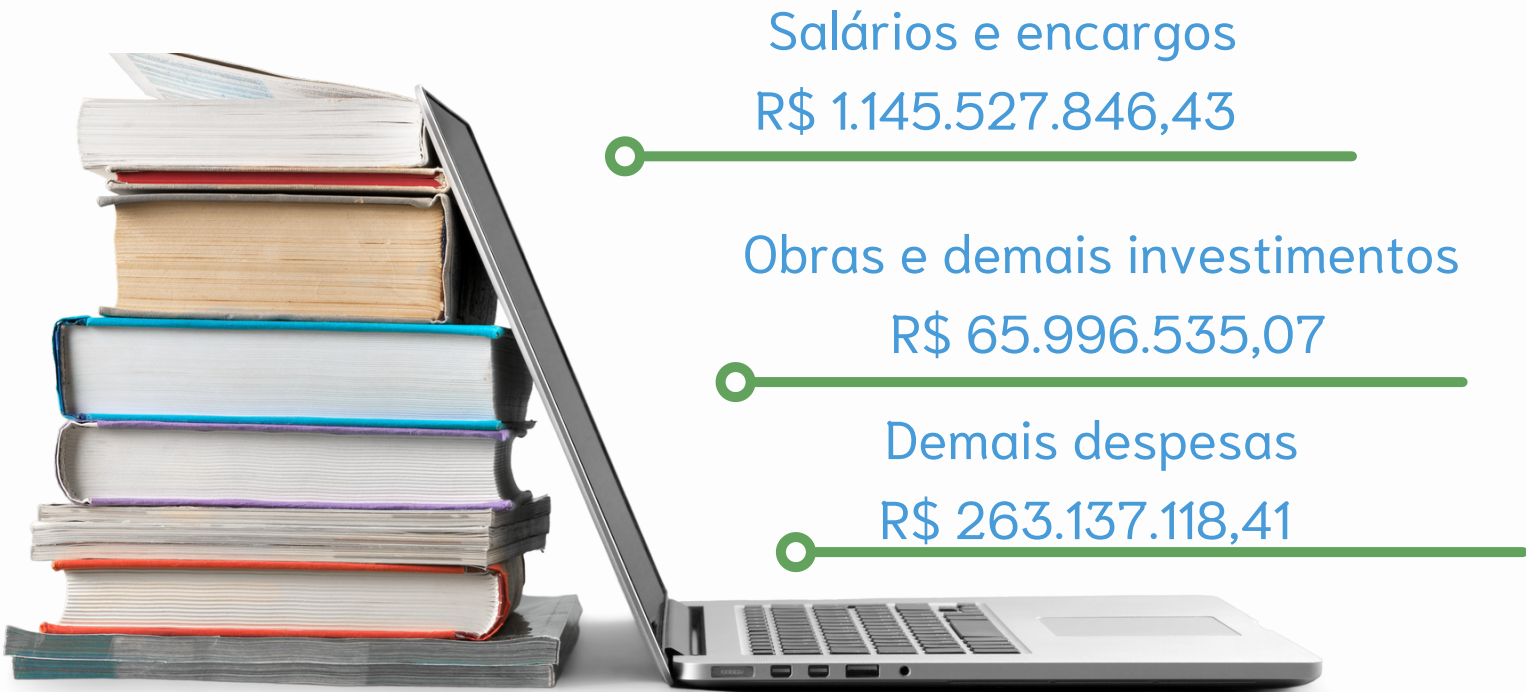


O texto constitucional assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser garantida uma educação digna, gratuita, pública e de qualidade, sendo este considerado como um direito fundamental assegurado a todos os cidadãos.

Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2021 na função 12 – Educação.

VALOR APLICADO

R\$ 1.474.661.499,91



Saúde



A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

A saúde pública tem como objetivo promover a melhoria e o bem-estar dos cidadãos.

Assim, para garantir um melhor funcionamento dos serviços de saúde é necessária atenção especial do Governo, haja vista ser uma das áreas em que a população mais necessita.

Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2021 na função 10 – Saúde.

VALOR APLICADO R\$ 1.329.182.356,95

Salários e encargos
R\$ 586.820.886,54

Obras e demais investimentos
R\$ 7.357.728,08

Demais despesas
R\$ 735.003.742,33



SAÚDE EM NÚMEROS



Projeto Saúde no Interior

Cirurgias: 162
Consultas: 1.712

Número de
Atendimentos
Tratamento
Fora do
Domicílio - TFD
368

Leitos de
internação (UTI)
517

Cirurgias
Eletivas
Realizadas
11.612

Doses aplicadas Covid
2.215.249



Segurança

Conforme a Constituição Federal de 1988 diz em seu artigo 144º que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Rondônia reúne Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e a Superintendência de Polícia Técnico Científica, que são responsáveis pela execução das atividades-fim.

Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2021 na função 06 – Segurança.

VALOR APLICADO
R\$ 1.059.490.348,32



Salários e encargos

R\$ 847.838.857,21

Obras e demais investimentos

R\$ 15.827.992,66

Demais despesas

R\$ 195.823.498,45



SEGURANÇA EM NÚMEROS



2.097
Armas de Fogo
apreendidas



1.229 kg
Drogas Apreendidas



4.821
Medidas
Protetivas

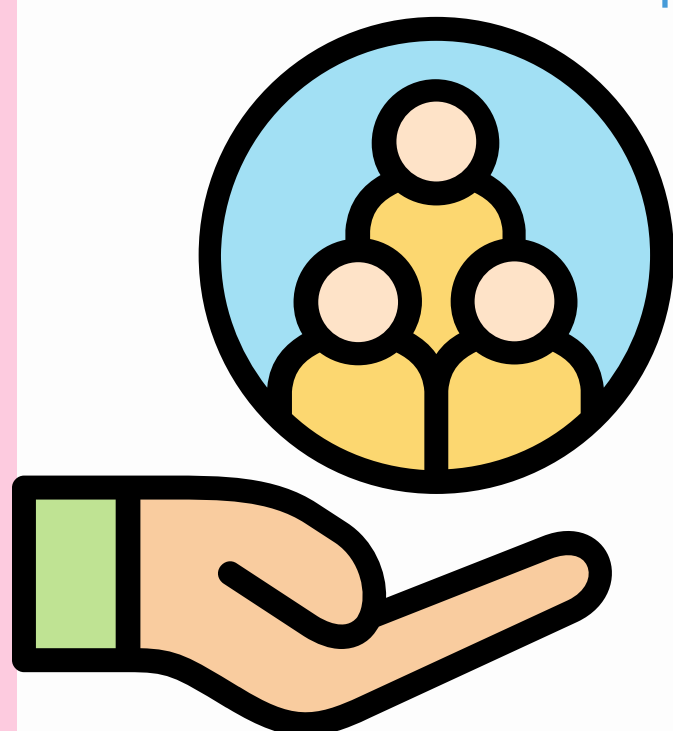
Assistência Social

A assistência social é um direito de todo cidadão que dela precisar, visa a disponibilização de vários serviços que possa garantir ao cidadão amparo em situações nas quais a sua capacidade de acessar seus direitos sociais ficam prejudicados. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2021 na função 08 – Assistência Social.

VALOR APLICADO

R\$ 57.387.260,34



Salários e encargos

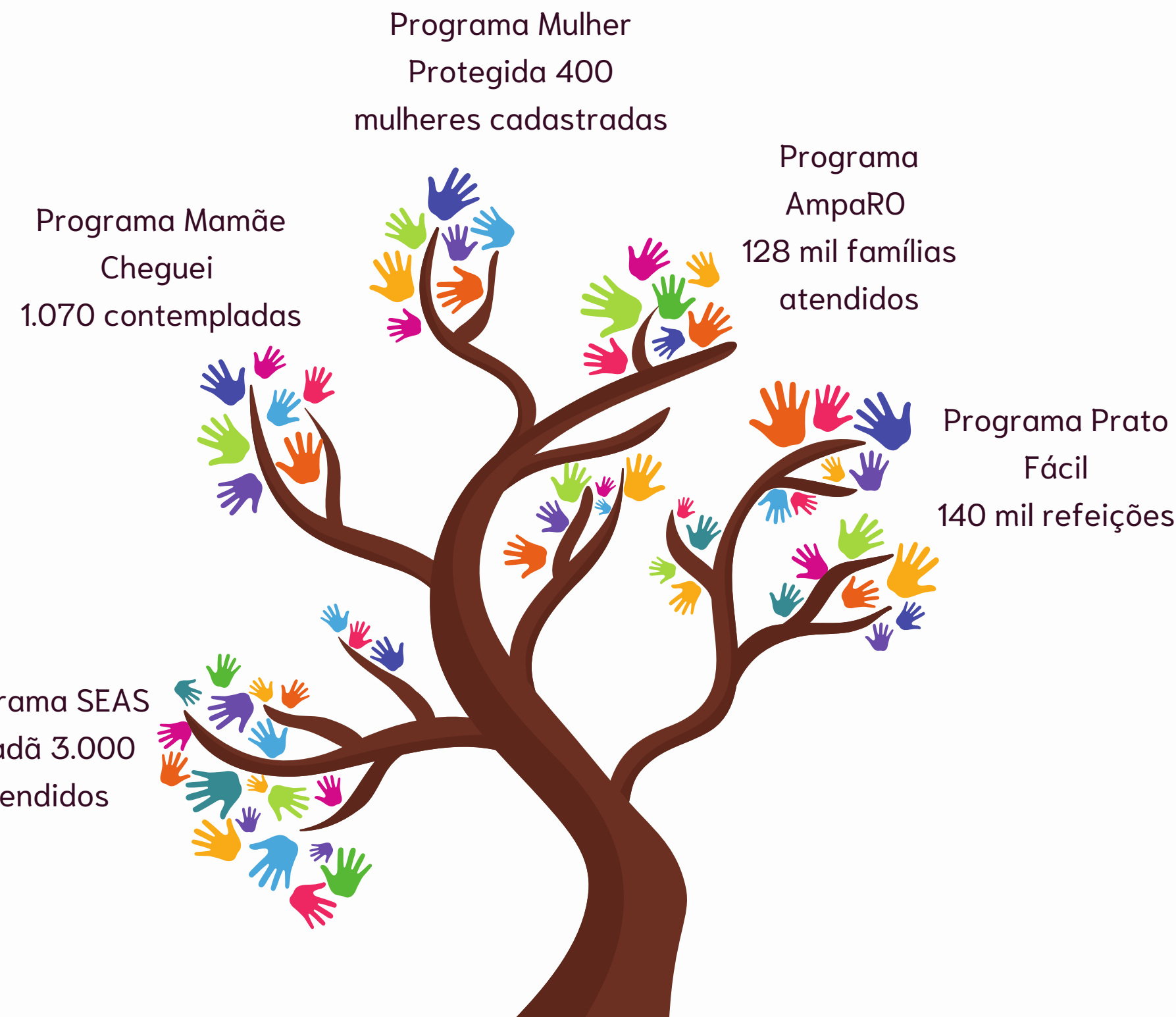
R\$8.837.695,56

Obras e demais investimentos

R\$ 1.833.650,06

Demais despesas

R\$ 46.715.914,72



Obras e Serviços



Em 2021, o Governo de Rondônia investiu em obras e serviços, valorizando o desenvolvimento do Estado na melhoria da qualidade de vida e colaboração com o crescimento econômico da região, na geração de emprego e renda.



Em 2021, o Governo de Rondônia colocou em prática o projeto “Tchau Poeira” com o propósito de levar aos municípios ações humanitária e histórica, com asfalto urbano, visando melhorias na infraestrutura das cidades. São quase 680 km de obras para melhoria da malha viária urbana e ultrapassa R\$ 360 milhões o investimento em todos os municípios.



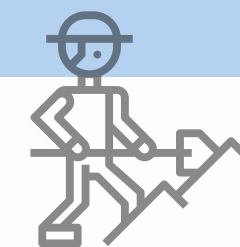
Pensando no futuro econômico de Rondônia como um polo de atração de investimentos externos, o Governo do Estado tem sob sua responsabilidade, por meio do DER, quatro aeroportos no interior: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena.



O DER assumiu o desafio de construir as primeiras ciclovias em rodovias estaduais. A RO-479, em Rolim de Moura, foi a escolhida para receber 15 quilômetros de ciclovia na cidade até o acesso à BR-364. A ciclovia beneficia mais de 500 ciclistas do município, proporcionando um trânsito mais seguro.



Entre as principais obras estruturantes, estão as substituições de pontes de madeira, pela instalação de bueiros e galerias, ou com a construção de pontes de concreto. O Governo de Rondônia investiu nestas obras um total de R\$ 15.094.684,96.



Agropecuária

O Estado de Rondônia, atualmente, tem por sustento a agricultura e a pecuária como eixos centrais de sua economia. Na agricultura o destaque é para o café, o milho, o arroz e a soja. Na pecuária destaca-se a produção de bovinos de corte e leite. O valor bruto da produção agropecuária de Rondônia para 2021 foi estimado em 19,1 bilhões de reais, resultado 12,9% maior do que o obtido em 2020 (Embrapa, 2020).

Com o rebanho bovino estimado em 14.804.398 cabeças de gados, o Estado é destaque como o segundo maior criador da Região Norte. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o estado de Rondônia é o 6º maior produtor de gado de corte do Brasil, tendo o município de Porto Velho como o 4º maior produtor do país e participa com 7% do quantitativo de cabeças de corte nacional.



PECUÁRIA



AGRICULTURA



PISCICULTURA

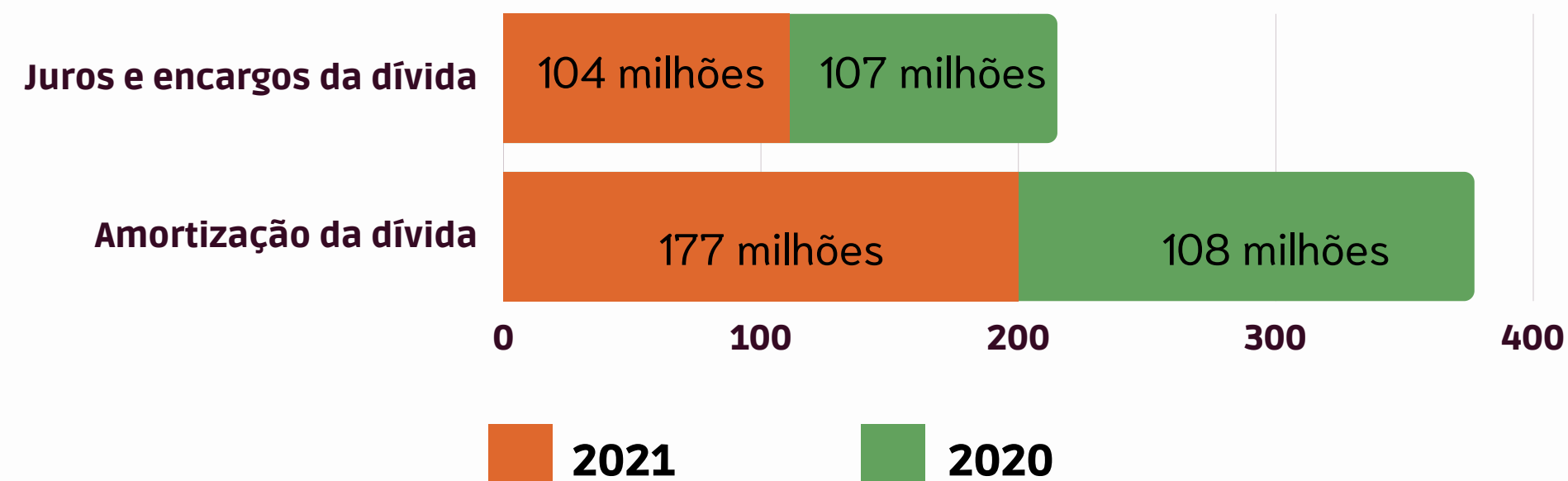


Rondônia é o maior produtor de peixes nativos em cativeiro e o terceiro maior produtor de peixes de cultivo do Brasil, com a produção de aproximadamente 65 mil toneladas por ano. O tambaqui representa 90% da produção do Estado, seguido de jatuarana 6%, pintado 2% e pirarucu 2%. Rondônia hoje é líder na produção nacional de tambaqui. No ano de 2021 Rondônia exportou aproximadamente 805 toneladas de tambaqui, somando um valor total de US\$ 2 milhões de dólares, sendo 759 toneladas para o Peru e 46 toneladas para a Bolívia.

Dívida Pública

Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributo, entretanto, em relação aos gastos públicos com investimentos a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

As despesas com pagamento da dívida em 2021 totalizaram R\$ 281 milhões.



Ao final do ano de 2021, o estoque da dívida pública estadual (valor que ainda falta para o Estado pagar) é de R\$ 2,758 bilhões.

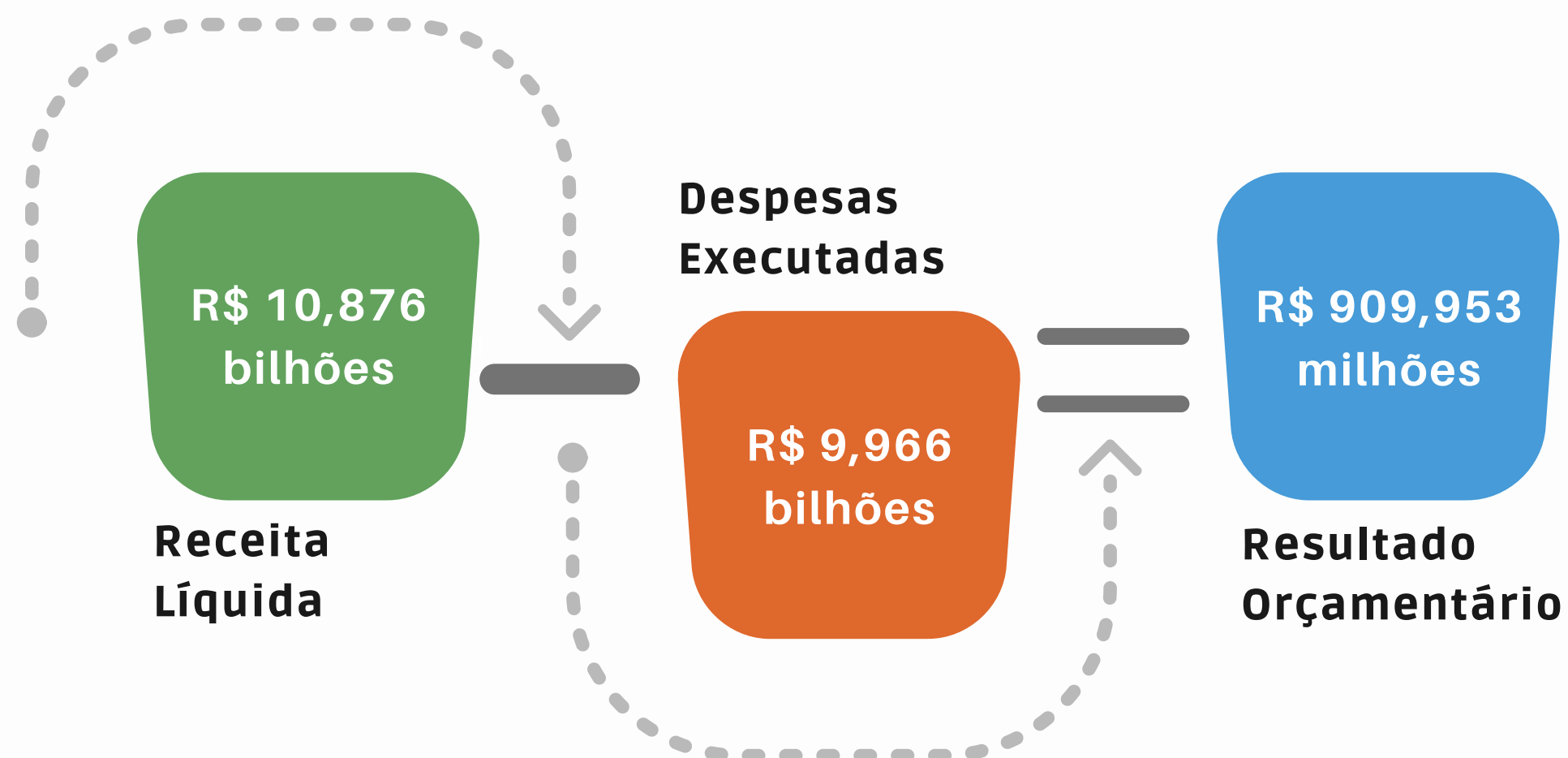
ESTOQUE DA DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EM 31.12.2021
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA – EMPRÉSTIMOS INTERNOS (I)	
PIDISE/BNDES	20.894.409,89
PROINVEST/BB (20/00012-3)	242.814.160,47
PAC II – SANEAMENTO-JI-PARANÁ – CEF 349794-71	11.964.062,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA – EMPRÉSTIMOS EXTERNO (II)	
PROFISCO I	24.531.035,18
DEMAIS REFINANCIAMENTOS (IV)	
LEI 8727 – COHAB	177.090,22
LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	2.457.887.994,91



Qual foi o Resultado apurado?



No exercício de 2021, após a execução do orçamento, ou seja, as receitas foram arrecadadas, entrando dinheiro nos cofres públicos, assim como, os recursos foram gastos, confrontando-se as receitas líquidas R\$ 10,876 bilhões com as despesas executadas (empenhadas) R\$ 9,966 bilhões, apurou-se o Resultado Orçamentário de R\$ 909,953 milhões, conforme representado abaixo:



O resultado foi superavitário em R\$ 909,953 milhões, indicando que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período.



Vamos construir um Estado melhor?

**Que tal você ajudar a governar
nosso Estado, afinal, dinheiro público
é da sua conta.**

FalaBR

OUVIDORIA
MANIFESTE-SE AQUI!

☎ ATENDIMENTO 0800 647 7071



e-SIC

SISTEMA ELETRÔNICO DO
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO
CIDADÃO



TRANSPARÊNCIA
— RONDÔNIA —

Audiência pública



Vamos entender como!

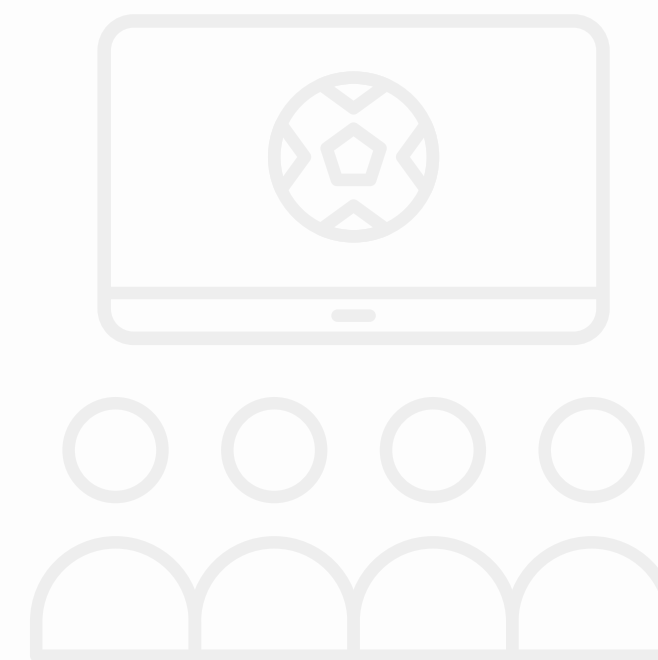


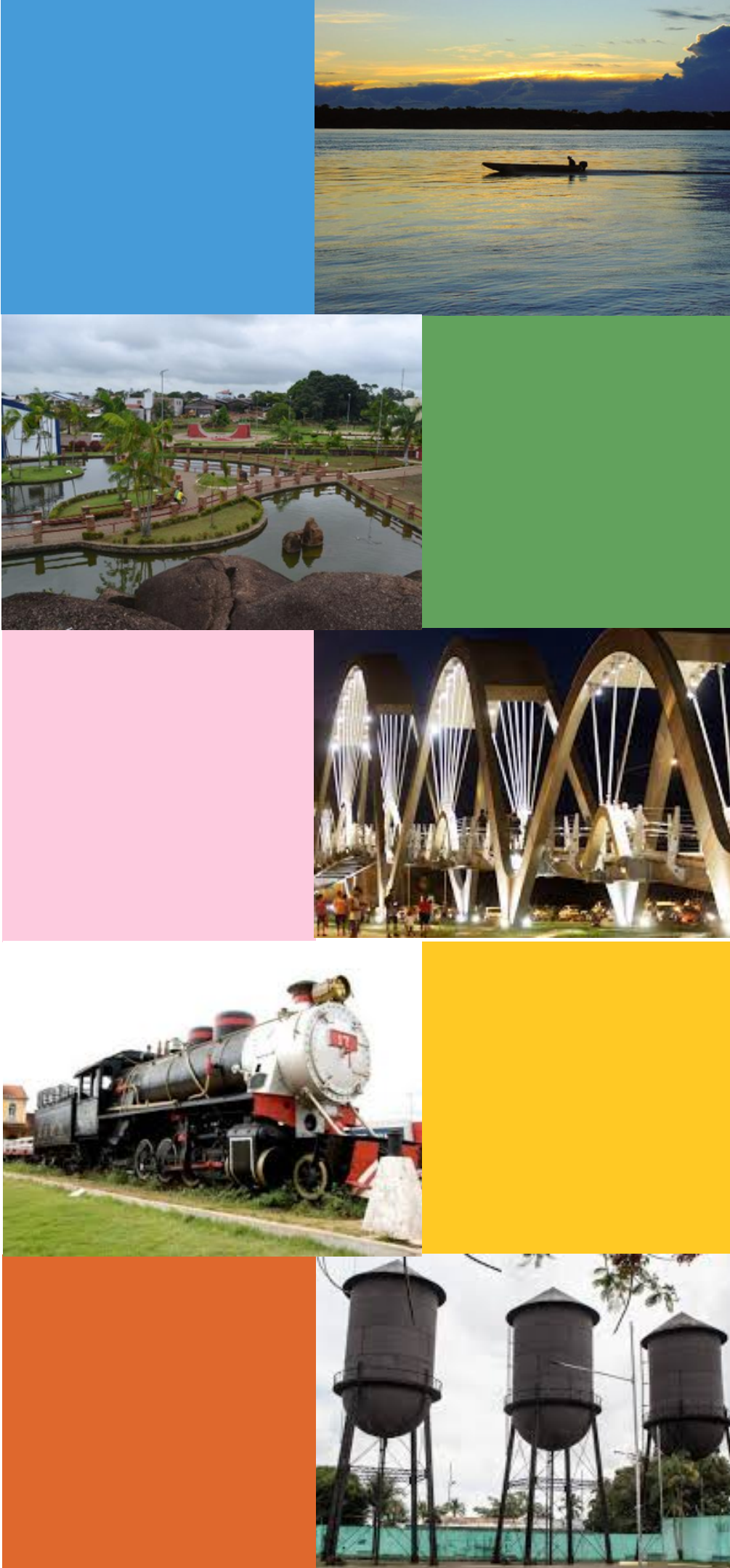
1 – Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos através do acesso ao Portal Transparência (site www.tranparência.ro.gov.br). No Portal você tem a possibilidade de acompanhar gastos/despesas, receitas ou arrecadação, despesas com diárias de viagem, convênios, compras, aquisições e contratos, planejamento e resultados, informações socioeconômicas do Estado, prestação de contas do Governador de forma detalhada, dentre outras informações que pode ajudar você a exercer a sua cidadania. O Portal Transparência é uma ferramenta que permite ao cidadão conhecer, questionar e atuar, também, como fiscal da aplicação de recursos públicos, exercendo assim seu papel no Controle Social da gestão governamental.

2 – Você também pode acessar o E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Estado de Rondônia, através do site: esic.cge.ro.gov.br. Além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.



3 – Ainda há como participar das audiências públicas, que acontecem durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e apresentar propostas que beneficiem a sua comunidade ou alguma política pública que afete diretamente a população. A audiência pública mostra-se um mecanismo eficiente na busca do aperfeiçoamento dos mecanismos de definição das prioridades de investimentos estatais nas chamadas políticas públicas.





Aqui, concluímos o Balanço Cidadão 2021, assim sendo, espera-se que este possa proporcionar, a você leitor, conhecimento quanto à situação patrimonial, financeira, orçamentária e econômica do Estado de Rondônia e que sirva como ferramenta para o exercício da sua cidadania e controle social, que é muito importante para a integração da sociedade com a administração pública, tendo ainda como finalidade solucionar problemas e deficiências sociais com mais eficácia e empenho.

Você Cidadão, não é apenas um mero espectador das realizações do poder público, sua participação é fundamental para construção de um futuro melhor para todos nós.

VAMOS NESSA!

